

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE LEI Nº 3.691, DE 2012

Obriga as administrações aeroportuárias a disponibilizar aos consumidores a instalação de “fingers” (pontes de comunicação entre o terminal e a aeronave) nos aeroportos onde operem aviação regular.

Autor: Deputado LEONARDO GADELHA
Relator: Deputado JOSÉ STÉDILE

VOTO EM SEPARADO DO DEPUTADO HUGO LEAL

Quanto ao Relatório apresentado pelo Deputado José Stédile, na condição de Relator da matéria nesta Comissão, não há reparos a fazer. Não obstante, quanto ao teor expresso no VOTO DE RELATOR, entendemos, s.m.j., merecer voto diverso, com as devidas e justificadas adequações e aprimoramentos.

Inafastável é a certeza que o objeto da proposição, isto é, que a oferta de Pontes de Embarque, entre o terminal e a aeronave, conhecidos como “fingers”, constitui melhoramento de serviço, conforto e comodidade para os usuários de transporte aéreo, mas, sobretudo, se constitui meio de maior segurança operacional dos aeroportos. Tais particularidades, significativas, foram *ab initio* reconhecidas pelo Senhor Relator.

Sua Excelência, todavia, para pautar sua rejeição à propositura, conjectura, na forma de questionamento por ele mesmo respondida: “A pergunta que nos fazemos é: seria a lei, em sentido estrito, o instrumento adequado para se obrigar o uso ou a implantação deste ou daquele dispositivo? Nosso entendimento é de que deveria caber ao administrador aeroportuário, considerar as condições próprias do terminal sob sua gestão, priorizar investimentos nos equipamentos ou sistemas considerados mais necessários ao seu caso”. Neste particular, concordamos com o Relator.

Discordamos, com a devida vênia, do fato de Sua Excelência ser contrário ao uso da lei para a implantação, visto que a obrigação, prevista no projeto original, poderia inviabilizar outros investimentos tão ou mais importantes para os aeroportos.

De todo o exposto em seu Voto, entendemos que o regramento por lei, observando parâmetros técnicos, é viável e, por vezes, imprescindível. No presente caso, entendemos como benéfica a previsão por lei, facultando, todavia, à administração aeroportuária a adoção de “fingers” conforme parâmetros internacionais, a necessidade local em razão do movimento operacional de passageiros, e, por conseguinte, de disponibilidade orçamentária.

A Infraero possui metodologia para o dimensionamento das infraestruturas aeroportuárias, incluindo, por conseguinte, critérios para a instalação de Pontes de Embarque, observados tanto pela FAA (autoridade de aviação civil dos Estados Unidos) como pela IATA (Associação Internacional de Transportes Aéreos). O parâmetro é o “Memorial de Requisitos de Infraestrutura Operacional/Memorial Geral para Terminais de Passageiros (TPS) – MRIE”, considerando os seguintes critérios de dimensionamento:

Movimento Operacional de passageiros embarcados e desembarcados

Pax/Ano (Embarque + Desembarque)	Classificação	Passageiros anuais por ponte
Até 999.999	Pequeno Porte	-
1.000.000 a 4.999.999	Médio Porte	400.000
5.000.000 a 9.999.999	Grande Porte	500.000
Acima de 10.000.000	Especial	600.000

Configurações do Terminal de Passageiros e respectivos Níveis Operacionais

Pax/Ano (Embarque + Desembarque)	Número de Níveis Operacionais
Até 999.999	1
De 1.000.000 a 2.999.999	11/2
Acima de 3.000.000	2

Ainda conforme as recomendações da literatura especializada internacional e operadores aeroportuários, as Pontes de Embarque devem ser instaladas em terminais com, pelo menos, um nível operacional e meio.

Tais critérios, desconhecidos de Sua Excelência, possivelmente tenham prejudicado a manifestação do Senhor Relator quanto ao mérito, que foi pela rejeição.

Observo, por relevante, ainda que redundante, que as Pontes de Embarque agregam, além da incontestável segurança, conforto, especialmente quanto à mobilidade, acessibilidade e proteção quanto às condições climáticas, a considerável dinâmica operacional de embarque e desembarque para passageiros e companhias aéreas.

Para superar as desvantagens que foram alegadas pelo Senhor Relator, bem como aquela recomendação consolidada pela literatura especializada, sugerimos texto substitutivo contemplando redação que aperfeiçoa a proposição original e, concomitantemente, adéqua-se aos critérios seguidos pelos operadores internacionais.

Diante do exposto, permito-me, amparado pelo RICD, expor opinião divergente a do Senhor Relator e apresentar VOTO EM SEPARADO pela APROVAÇÃO do PL nº 3.961/2012, cujas considerações e argumentos ora submetermos à apreciação dessa Comissão de Viação e Transportes, na forma de Substitutivo.

Sala da Comissão, em 9 de outubro de 2013.

Deputado Hugo Leal
PROS/RJ

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES
SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.691, DE 2012

Obriga as administrações aeroportuárias a disponibilizar aos consumidores a instalação de “fingers” (pontes de comunicação entre o terminal e a aeronave) nos aeroportos onde operem aviação regular.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É facultado às administrações aeroportuárias a disponibilização aos consumidores, atendidos os parâmetros internacionais de dimensionamento das infraestruturas aeroportuárias preconizados pela Associação Internacional de Transportes Aéreos - IATA, “Pontes de Embarque”, observados os seguintes critérios técnicos e operacionais:

I - movimento de embarque e desembarque médio, no mínimo, de 400 mil passageiros ao ano;

II – edificação com terminais dotados de, pelo menos, um nível operacional e meio;

III - terminais dotados de sala de embarque no segundo pavimento.

Art. 2º As administrações aeroportuárias interessadas poderão instalar, ainda, túneis climatizados de embarque e desembarque entre os terminais e as aeronaves, dotados de facilidades e segurança a passageiros, sobretudo para aqueles com mobilidade reduzida.

Art. 3º Cabe à Agência Nacional de Aviação Civil a regulamentação da presente Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor após o transcurso de cento e oitenta dias de sua publicação.

Sala da Comissão, em 9 de outubro de 2013.

Deputado HUGO LEAL
PROS/RJ